

14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas

14.07.2010

3.1

PROT-AML

DECLARAÇÃO DE VOTO

Para nós, eleitos da CDU, é inquestionável a importância de um Plano Regional, à escala metropolitana que, considerando as mais recentes opções políticas estruturantes ao nível dos grandes investimentos e as dinâmicas territoriais registadas na última década, consagre e defina uma estratégia territorial actualizada e correcta para a AML e se constitua como um referencial que, de forma sistematizada e articulada com os governos locais, seja capaz de balizar e enquadrar as opções de ordenamento, à escala municipal e supra municipal.

Por isso e quando se encontram em fase de elaboração ou de conclusão um conjunto de instrumentos de planeamento ao nível dos municípios envolvidos, como é o caso, para nós particularmente relevante, do PDM de Odivelas, é indiscutível a necessidade da sua rápida conclusão e entrada em vigor, sob pena de, também por esta via, se contribuir ainda mais para o incompreensível arrastamento do processo de elaboração do PDM de um município que se autonomizou há mais de 10 anos mas continua, no que ao planeamento e gestão do território diz respeito, a conformar-se com um plano concebido à luz de realidades bem diferentes, sejam territoriais, sociais, económicas ou ambientais e logo profundamente desactualizado e desajustado.

É também tendo em conta a importância vital deste PROT que não podemos deixar de expressar o nosso mais profundo protesto por não nos terem sido dadas as condições mínimas indispensáveis a uma séria, fundamentada e maturada tomada de posição.

Quando não tivemos acesso a qualquer das versões anteriores nem à tomada de posição deste município sobre as mesmas, quando nos são facultados pouco mais de 2 dias úteis para a análise da última versão deste instrumento fundamental e sobre a qual foi elaborado o parecer agora presente a esta câmara, quando o próprio parecer reporta para documentos que não tivemos forma de conhecer, como o Relatório Ambiental ou o Relatório Complementar, ou mesmo para informações, quadros ou imagens para nós neste momento inacessíveis, tudo isso e só isso é razão bastante para a nossa abstenção, porque outra posição não poderia corresponder à postura séria, responsável e coerente que sempre tem pautado a nossa participação neste município.

Mas fica ainda e também por esclarecer a forma, com que meios e por quem será assegurada a “Governança “ deste PROT bem com a existência ou inexistência de qualquer plano de investimentos, indispensável à sua concretização.

E, não menos importante, o facto de, como é sabido, não termos qualquer intervenção ou responsabilidade na gestão deste município não termos qualquer participação ou intervenção nas

para uma vida melhor!

opções políticas em que a gestão se suporta, não conhecermos as circunstâncias em que foi elaborado este parecer nem as condições de materialização das directrizes e medidas com repercussões directas ou indirectas no nosso concelho.

Pelo que, importa sublinhar, para a nossa abstenção, não concorre qualquer apreciação valorativa sobre o documento técnico agora em apreciação nem significa qualquer juízo sobre a qualidade do trabalho desenvolvido tecnicamente pelos serviços, mas antes corresponde a uma tomada de posição política, no quadro das condições em que aqui desenvolvemos o cargo político para que fomos eleitos.

Não obstante e sem prejuízo do que fica dito, a análise possível dos documentos distribuídos suscita-se alguns comentários.

Destacamos desde logo uma referencia positiva e de concordância com o alerta constante do parecer, no domínio ambiental, quer concretamente quanto à escassa identificação de políticas relativas à problemática das alterações climáticas e aos riscos naturais que as mesmas acrescentam, que não podem nem devem deixar de ser consideradas numa óptica de prevenção de riscos e protecção civil, quer quanto aos impactes das grandes infra-estruturas rodoviárias, linhas aéreas de alta tensão etc., quer até quanto aos modos de produção agrícola e florestal sustentáveis.

Com estranheza registamos a ausência quer no parecer, quer no PROT de qualquer referência expressa à elevada susceptibilidade à ocorrência de cheias que existe numa área considerável do concelho, que como todos sabemos é cruzado por vários cursos de água de regime torrencial e corresponde territorialmente a um importante interflúvio.

Fica assim Odivelas afastado de qualquer directriz ou medida expressa sobre esta questão.

Estanho, preocupante mas bem sintomática é também a ausência, quer no documento do PROT, quer no parecer municipal, de qualquer referência, a actividades económicas estruturantes como motores de desenvolvimento concelhio, como por exemplo o OTHEC, que tanta importância e tantos discursos inflamados justificou mas que agora não parece merecer nem uma linha sequer.

Parece que este concelho continua, mesmo neste novo PROT, a poucos mais justificar que algumas referências, directrizes e medidas relativas às questões ligadas às áreas de risco e protecção civil, aos alojamentos não clássicos, à urgência da requalificação e reestruturação urbanas e a contenção da densificação urbanística.

Oito anos passados sobre o PROT que agora se altera, é razão para, também à luz destes instrumentos, questionar: Que desenvolvimento, que oportunidades, que estratégia passou por Odivelas?

Odivelas, 14 de Julho de 2010

Os Vereadores da CDU

Maria da Luz Nogueira

Rui Francisco

